



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 18 - Nº 325 - DE 22 DE AGOSTO A 04 DE SETEMBRO DE 2006 - R\$ 1,50

## Líbano: acordo da ONU serve para Israel manter expansionismo militarista



**Volkswagen pretende demitir 6100 trabalhadores. Operários têm de defender os empregos com luta: ocupar a fábrica pelo controle operário da produção e pela escala móvel de salários**



**Frente de Esquerda: um programa de reforma do capitalismo**

**Heloisa Helena: “programa de governo não é programa de partido”**

**A defesa do salário e emprego e o eleitoralismo da frente de esquerda**

**Bolívia: Constituinte originária ou derivada? Nada a ver com as massas**

## Denúncias

### O “aumento” de 5,01% do governo PT/Lula é de miséria

O governo PT / Lula confirma a manutenção da fome e da miséria aos quase 9 milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima de um salário mínimo. Por meio da Medida Provisória nº 316, Lula concedeu reajuste de 5,01% (retroativo a 01 de agosto), além de algumas migalhas, como a antecipação do 13º salário para setembro (pago normalmente de forma integral no mês de dezembro).

Esse “reajuste” põe fim ao jogo entre o governo e a oposição burguesa (PSDB / PFL, principalmente). O 0,01% a mais nos 5% foi a forma encontrada pelo governo para resolver um eventual impasse jurídico e um desgaste político com mais um veto. A chamada “oposição”, demagogicamente, defendia que o reajuste de 16,67%, dado ao salário mínimo, fosse também concedido aos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. O governo se justificava, alegando que se tratava de uma medida irresponsável, pois isso representaria um rombo de R\$ 7 bilhões a mais nos cofres públicos. A oposição queria, na verdade, que Lula / PT vetasse o reajuste maior para se desgastar em ano eleitoral. O governo preferiu deixar a MP com o reajuste de 5% vencer o prazo (não comparando com a base aliada e os petistas para votá-la) e lançar outra. Como não podia ser de igual teor, lançou os 0,01% a mais.

O governo Lula não pode atender às necessidades de sobrevivência dos aposentados e pensionistas, atende sim ao capital financeiro, por meio de uma política de superávit primário e de antecipação do pagamento da dívida externa ao FMI. As burocracias sindicais utilizam dos organismos dos trabalhadores para fecharem acordos nefastos em seus nomes e os levam a uma vida mais miserável e de defesa do governo. Com a falácia de que sentam à mesa com o governo para fazerem negociações que “beneficiam” os trabalhadores, os carreiristas estalinistas bloqueiam a luta diante da crise capitalista. Crise que se acentua ao fortalecerem as ilusões eleitorais dos trabalhadores e as ilusões de que as reformas poderão levá-los a uma “vida mais justa”.

Do governo e o parlamento não virá nenhuma medida favorável aos aposentados. A luta tem de ser pelo salário mínimo vital, que une trabalhadores da ativa e aposentados.

### Estados Unidos, um poderio que vem das armas

O domínio mundial dos Estados Unidos econômico-politicamente se faz com o poderio das armas. A potência americana desfecha uma violenta guerra contra o Iraque, ameaça o Irã, controla o Afeganistão após a invasão militar, impõe base militares em todo o Oriente Médio e financia a guerra de Israel contra a Palestina e Líbano. Na América Latina, impõem suas bases militares por todos os lados. O mesmo ocorre na África. Nem mesmo a Europa escapa dessa estratégia.

Hoje o poderio militar dos Estados Unidos equivale a soma dos dez países, que vem logo abaixo na escala. Os Estados Unidos, para preservar-se como o maior potência, precisa descar-

regar o arsenal bélico sobre as nações semicoloniais, que não aceitam sua diretriz de subjugação.

Não há como derrotar essa estratégia se não se colocar pela revolução proletária.

### Aumentam os assassinatos cometidos pela polícia Solução burguesa: privatização dos presídios

A polícia de São Paulo, no primeiro semestre de 2006, matou 84,27% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Uma verdadeira matança nos bairros pobres da capital. Os policiais aproveitaram as ações do PCC para desfechar uma brutal repressão sobre a juventude miserável, considerada *a priori* suspeita de ligação com o crime organizado. Não há mais prisões para comportar mais de 100 mil detentos. As Febens estão abarrotadas de adolescentes. As soluções governamentais vêm no sentido de criar mais presídios, ampliar as formas de fiscalização nas cadeias, aumentar a repressão nos bairros e a privatização do sistema prisional.

O único elemento novo é a privatização. A entrega dos presídios à exploração empresarial é vista como necessária para reduzir os custos do Estado. Trata-se de mais um negócio para os capitalistas. Além de condenar ao desemprego a maioria dos que cometeram os crimes, agora pretendem usar os condenados para a acumulação de capital. O que parece uma aberração, na verdade é a lógica do sistema de exploração do trabalho. Tudo é transformado em mercadoria, mesmo aqueles que foram condenados pela justiça da burguesia.

A crescente militarização do Estado contra a população pobre e o enorme contingente de presos, particularmente jovens, expõem as contradições da economia baseada na propriedade privada dos meios de produção. Concentra a riqueza nas mãos de poucos e espalha a miséria por todo o país. O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo, com 14 milhões de miseráveis e 72 milhões de famintos, segundo dados oficiais. Numa situação como essa só pode crescer o crime e a população carcerária.

A solução para os males do capitalismo, entre eles a marginalidade, só virá pela transformação da propriedade privada em coletiva. Não será fruto de eleições, de medidas parlamentares, de ações de cidadania e outras coisas do gênero. Se não se elimina a causa do problema, não há como erradicá-lo.

### Para a maioria dos candidatos, uma vaga no Parlamento significa fonte de riqueza

Os partidos que disputam as eleições fazem de tudo para arrastar as massas trabalhadoras. Os candidatos fazem discurso contra a pobreza, desemprego, criminalidade, falta de escolas enfim de tudo que atinge as famílias pobres. Condenam a corrupção, exaltam a Justiça e pregam a democratização do Estado. Não importa o partido, as promessas vão da terra ao

camponês até o emprego à juventude.

Depois de eleitos, apagam as promessas e usam o Congresso Nacional/Assembléias Legislativas como balcões para seus negócios. As denúncias dos parlamentares envolvidos nas falcatruas são inúmeras. Basta que lembremos do mensalão, sanguessuga, bingos e outras tantas.

Em pouco tempo, os parlamentares ficam ricos. Os salários são altíssimos e as propinas enchem seus bolsos. Vejamos alguns exemplos:

Sandro Mabel (PL de Goiás), em 2002 tinha um patrimônio de R\$52.613.203 e encerrou o mandato com 69.814.008. Sua fortuna cresceu 32,6%.

Vadão Gomes (PP de São Paulo) entrou com R\$ 7.140.098 e saiu com R\$35.691.085. Sua fortuna aumentou 401,1%.

José Mentor (PT de São Paulo) possuía R\$489.668 e chegou a R\$1.424.379. Seu patrimônio cresceu 190,8%.

Professor Luizinho (PT-São Paulo) tinha R\$233.449 e agora atingiu R\$797.357. Seu cofre aumentou em 241,5%.

Esses poucos exemplos por si só bastam para demonstrar para que serve um cargo de deputado. O mesmo se repete com os cargos executivos. Os deputados legislam em favor do capital e são recompensados com propinas de todas as espécies.

Os trabalhadores não devem se deixar arrastar pelos demagogos politiqueros.

## Frente de Esquerda e as reivindicações vitais

### O marxismo frente à exploração capitalista

No *Programa de Transição*, Trotsky explica que na época do imperialismo - época do capitalismo putrefato - não é mais possível nenhuma reforma que favoreça a vida das massas exploradas. Ao contrário, eliminam-se direitos e se aumenta a miséria dos trabalhadores e demais explorados.

Explica ainda que a social-democracia clássica e a Internacional Comunista (III Internacional), que adotou esta via política, insistiam na defesa das reformas nos marcos do Estado burguês. Sob a base dessa defesa do reformismo - superado historicamente e, portanto, impraticável - se encontrava a distinção entre *programa mínimo* e *programa máximo*. O primeiro consistia em medidas reformistas e o segundo no socialismo, que ficava para um "futuro indeterminado". Assim, a social-democracia não estabelecia uma "ponte", uma transição, entre um programa e outro, já que "não tinha necessidade dessa ponte, pois de socialismo só falava em dias de festa".

Diferentemente, a IV Internacional, lançada por Trotsky, que tinha como estratégia a destruição do capitalismo e não sua reforma, não desconsiderava as "questões táticas mesmo pequenas e parciais", não descartava medidas do programa "mínimo" (se mantivessem sua "vitalidade") e nem os direitos democráticos. Porém, não separava a estratégia da tática, tal como fazia a social-democracia. Estabelecia uma relação entre a estratégia do socialismo e as táticas necessárias à revolução social. Para Trotsky, a defesa das "velhas reivindicações parciais e 'mínimas'" podia

contribuir com a luta revolucionária desde que se chocassem "com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente". Para se chocarem com o capitalismo, precisam ser REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS.

Através das Reivindicações Transitórias, o programa "mínimo" é superado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO. E a tarefa deste programa "consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução proletária". E ele vai penetrando nas massas conforme as Reivindicações Transitórias vão sendo defendidas. Assim, este sistema de reivindicações, de um lado, contribui para a manutenção da vida dos trabalhadores; de outro, contribui para a mobilização e organização das massas rumo à insurreição.

Entre as reivindicações transitórias, destacam-se as de *Escala Móvel de Horas de Trabalho* para combater o desemprego e *Escala Móvel de Salários e Salário Mínimo Vital* para combater a miséria. A *Escala Móvel de Horas de Trabalho* é a divisão do número de horas de trabalho existente entre todos os trabalhadores aptos, sem redução de salário, o que obviamente implica a redução de jornada de trabalho. O *Salário Mínimo Vital* é aquele cujo valor permite de fato manter a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Para tanto, esse valor deve ser determinado a partir de um cálculo feito pelos próprios trabalhadores, pois os patrões, os governos e os institutos de pesquisa econômica só consideram migalhas. A *Escala Móvel de Salários* implica a correção automática (mensal) dos salários conforme os índices de inflação, independentemente dos reajustes a serem aplicados ao valor do salário anualmente.

### Na contramão do Programa de Transição

O PSol, que se reivindica de esquerda, e o PSTU, que reivindica do Programa de Transição, não adotam as Reivindicações Transitórias. Assim como a social-democracia clássica, alegam que tais reivindicações só poderão ser levantadas "quando as massas estiverem mais politizadas".

Invertem o raciocínio de que são justamente essas reivindicações que podem contribuir para a elevação política do proletariado e demais trabalhadores. De um lado, descartam as reivindicações como meio apontado no Programa de Transição para a superação do atraso político do proletariado e demais explorados e, desta forma, ajudam a travar a luta de classes. De outro lado, colaboram para que eles se mantenham na miséria ou nem consigam sobreviver.

### Proposta de Salário Mínimo da Frente de Esquerda

Quanto ao salário, a frente propõe "dobrar o salário mínimo de imediato", tal como Lula propunha em sua campanha na última eleição. Neste caso, dos atuais R\$ 350,00, o mínimo passaria para R\$ 700,00. Tal proposta consta só do manifesto, porque em uma entrevista à imprensa, César Benjamin (candidato à vice-presidente na chapa da Frente de Esquerda), defendeu que dobraria o salário num prazo de 8 a 10 anos. Ou seja, demoraria mais que Lula, que prometeu R\$ 400,00 e chegou a R\$ 350,00, em 4 anos.

O problema, entretanto, não é tanto se irá demorar mais ou menos para conceder o dobro do salário mínimo. Está

principalmente no fato de que o valor a ser concedido, “de imediato” ou “em oito a dez anos”, mantém as massas na miséria. O PSTU e o PSol costumam defender o piso do Dieese dentro de alguns sindicatos, como no sindicato dos professores do estado de São Paulo (APEOESP), o qual está em R\$ 1.436,74 (mês de julho, válido para agosto). Agora que tem a chance de usar a tribuna eleitoral para defendê-lo optam pela metade deste valor.

O POR tem denunciado constantemente o cálculo do piso do Dieese e seu valor. O piso do Dieese tem como base o Custo Familiar de Alimentação, que é o valor da Cesta Básica Nacional multiplicado por 3 (família de 4 pessoas, onde 2 crianças, por hipótese, comem por 1 adulto). A Cesta Básica, por sua vez, baseia-se num Tabela de Provisões Mínimas, estipuladas pelo Decreto de Lei nº 399, que é de 1938 (do Governo Vargas). Tal tabela considera uma quantidade e uma variedade ínfima de alimentos.

O PSTU e PSol vão além e abrem mão até do que sempre chamaram de “defesa histórica” do movimento sindical. Temem defender o salário mínimo do Dieese e, claro, rechaçam a defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL.

O POR defende que o *salário mínimo vital* garanta a vida das massas exploradas, seja uma luta contra a fome e a miséria. O valor deste salário deverá ser calculado e aprovado por assembleias de base. Os explorados tomarão para si a tarefa de definir o que precisam para o seu sustento e de sua família. Em nossos cálculos o valor é de R\$ 2.500,00.

### **Proposta para eliminar o Desemprego**

Para combater o desemprego, a Frente de Esquerda defende “um plano de obras públicas para absorver o desemprego, ao lado da redução da jornada de trabalho sem redução salarial”.

O que Trotsky nos explica sobre este problema, no *Programa de Transição*:

*“Sob pena de sua própria degeneração, o proletariado não pode tolerar a transformação de uma parte crescente dos operários em desempregados crônicos, em miseráveis vivendo das migalhas de uma sociedade em decomposição.*

*“O direito ao trabalho é o único direito*

*sério que tem o operário numa sociedade fundada na exploração. Contudo este direito é-lhe retirado a cada instante. Contra o desemprego, tanto de ‘estrutura’ como ‘conjuntural’ é chegado o momento de lançar, ao mesmo tempo que a palavra de ordem de ‘trabalhos de interesse público’, a de ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Os sindicatos e as outras organizações de massa devem ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. O trabalho disponível seria repartido entre todos os trabalhadores existentes, e é assim que seria determinada a duração da semana de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho. O salário, com um mínimo estritamente assegurado, acompanharia o movimento dos preços. Nenhum outro programa pode ser aceito para o período catastrófico atual.”*

Como visto, a proposta essencial de combate ao desemprego é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, sem redução de trabalho. Os “trabalhos de interesse público” também são apontados, mas não como a reivindicação transitória que permitirá o choque com o capitalismo. O PSTU e o PSol, entretanto, desconsideram esta reivindicação. Não a defendem agora no programa da Frente de Esquerda e nem a defendem nos movimentos sociais / sindicais.

A desvinculação da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, a qual deve aparecer “ao mesmo tempo” que a defesa dos “trabalhos de interesse público”, explica-se pelo fato de que estes últimos são mais palatáveis à burguesia e à denominada “opinião pública”. Os planos de obra pública (como o formula a Frente de Esquerda, desvinculados da escala móvel de horas de trabalho) não se chocam com os interesses dos capitalistas, pois não lhes afetam os lucros. Assim, é uma proposta aceitável a setores da burguesia, não se choca com ela.

O POR faz a defesa intransigente da ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO como única forma concreta de solução do desemprego. Não defende apenas a redução de jornada, que assim adquire um conteúdo corporativo, pois não chega ao conjunto dos trabalhadores. A bandeira de escala móvel não escamoteia e nem minimiza seus efeitos sobre a burguesia: choca-se com a superexplora-

ção do trabalho e com a propriedade privada dos meios de produção e aponta para o controle operário da produção.

### **Viabilidade das reivindicações elementares / transitórias**

Finalmente, no *Programa de Transição*, Trotsky aponta que os capitalistas obviamente não aceitarão a defesa das Reivindicações Transitórias, elementares, vitais à vida das massas exploradas. Estas últimas, no entanto, devem se manter firmes na defesa de seus interesses, já que se trata da defesa de sua sobrevivência. Da mesma forma, Trotsky explica que há uma crise de direção revolucionária, que é na verdade a “crise histórica da humanidade”. Um dos aspectos desta crise é o abandono por parte da vanguarda revolucionária (ou antes revolucionária) das Reivindicações Transitórias, fundamentais para o alcance da estratégia da revolução social e construção do socialismo.

O POR insiste na defesa das REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, tal como apontadas no *Programa de Transição*, considerando os choques que estas podem gerar com a burguesia e seus governos. Entende que estes choques são o motor da luta de classes. Como dizia Trotsky:

*“Os proprietários e os seus advogados demonstrarão a ‘impossibilidade de satisfazer’ estas reivindicações. Os capitalistas de menor monta, sobretudo os que já caminham para a ruína, invocarão os seus livros de contabilidade. Os operários rejeitarão categoricamente estes argumentos e estas referências. Não se trata do choque ‘normal’ de interesses materiais opostos. Trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida ou da morte da única classe criadora e progressiva e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem inevitavelmente dos males que ele mesmo criou, só lhe resta perecer. A ‘possibilidade’ ou ‘impossibilidade’ de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças que não pode ser resolvida senão pela luta. Esta luta, quaisquer que sejam os seus sucessos práticos imediatos, será a melhor maneira de levar os operários a compreenderem a necessidade de liquidar a escravidão capitalista.”* (grifo nosso)

## O que diz o Manifesto da Frente de Esquerda

A Frente PSOL-PSTU-PCB apresenta-se como nacionalista. É o que expressa o Manifesto "Por uma alternativa para o Brasil". Nem mesmo a costumeira declaração pelo "socialismo" compareceu.

O programa pode ser resumido nas bandeiras de soberania nacional, contra os banqueiros, contra o imperialismo, pela democratização do poder, revogação das reformas neoliberais, revogação das privatizações, enfrentar a superexploração e contra as discriminações. Não vincula esses pontos à destruição da grande propriedade privada dos meios de produção. Trata-se, portanto, de uma plataforma eleitoral reformista.

O conteúdo do programa caracteriza a Frente de Esquerda de pequeno-burguesa democrático-reformista. Não se pode confundi-la com uma frente proletária, revolucionária, de atuação nas eleições, que são o campo próprio da política burguesa.

Eis por que é necessário que os trabalhadores e a juventude desconfiem que a Frente de Esquerda se apresente com um aparente radicalismo democrático e antiimperialista, que serve para o momento eleitoral em que o PT se mostra totalmente corrompido e evidencia o abandono de suas outroras pretensões reformistas.

### Nacionalismo

Reivindica uma "pátria justa" e "soberana". A que se refere "pátria justa"? Refere-se a "derrotar a "escravidão moderna". Chama assim os "trabalhadores, camponeses, classes média, intelectuais e artistas, a juventude brasileira e o povo pobre (...) erguerem sua voz e se mobilizar". Essa conclamação está voltada ao voto: "A candidatura de Heloísa Helena é uma alternativa real para o povo brasileiro a esses dois candidatos (Lula e Alckmin) apoiados pelos banqueiros".



Manifesto da Frente: reformas capitalistas, nada de socialismo

A escravidão moderna não começaria a ruir com a formação de um governo de Heloísa Helena e da frente PSOL-PSTU-PCB. Qualquer que seja o governo saído das eleições manterá a escravidão moderna, que é a da maioria assalariada e dos camponeses pobre. O que a Frente faz é incentivar as ilusões democráticas da maioria oprimida com palavreados nacionalistas.

"Pátria justa" é uma bandeira burguesa. Quer dizer: diminuir as diferenças sociais, incluir os excluídos, sem que o capitalismo seja destruído. A noção de justiça na sociedade de classe se assenta no direito burguês da propriedade privada dos meios de produção.

E a "pátria soberana"? Trata-se de uma tarefa democrática que a burguesia brasileira nunca pôde cumprir e que sua antiga fração nacionalista abdicou há muito tempo. O Brasil não tem plena soberania – em grande medida sua soberania é formal – porque ocupa o lugar de país semicolonial na economia mundial. Para conquistar a soberania, terá de se libertar do domínio imperialista, quer dizer do capital financeiro e das

multinacionais. Terá, portanto, de expropriá-lo e estatizá-lo.

Que classe cumprirá essa tarefa? A maioria nacional oprimida, dirigida pelo proletariado, a realizará por meio da revolução social. O Manifesto não coloca as tarefas democráticas como parte da revolução proletária. E não poderia fazê-lo porque serve apenas ao radicalismo ôco de campanha eleitoral – a defesa da soberania destina-se a atrair setores intelectualizados da pequena burguesia, que ainda sonham com o nacionalismo burguês.

É pura retórica a declaração: "A Frente de Esquerda quer libertar o país das garras do capital financeiro e do imperialismo". É falso porque a Frente de Esquerda não se propõe a combater o capitalismo e a destruir o poder burguês, que inclui sua democracia de classe, suas eleições de classe etc, por meio da revolução social. Nem mesmo se propõe a não pagar a dívida externa.

### Dívida externa

O fato do governo Lula "pagar aos banqueiros cerca de R\$ 520 bilhões de juros da dívida pública" mostra o domínio do capital financeiro, o caráter semicolonial do Brasil, a burguesia perdulária e contrasta com a situação de pobreza da maioria. Bem assinalado pelo Manifesto.

Mas qual a resposta da Frente de Esquerda?

Vejamos. "Defendemos a proposta do movimento Jubileu Sul contra a dívida: suspender o pagamento da dívida externa e realizar uma auditoria, conforme prevista na Constituição de 1988, e a discriminação de seu perfil, para identificar os especuladores e as grandes empresas – para os quais defendemos suspender o pagamento".

O legalismo da posição por si só mostra que a Frente não quer atrair a ira da burguesia. Quer mostra-se de fato reformista e cumpridora da Constituição. A

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

idéia de que existe uma dívida a ser paga (a que não é especulativa) e uma outra passível de não pagamento (por ser especulativa) resulta em manter o domínio do capital financeiro. A história da auditoria serve para ludibriar o essencial: a dívida expressa o saque imperialista.

Há um outro lado da dívida que consome “cerca de 40%” do Orçamento da União. Trata-se da dívida interna. Os maiores sanguessugas nacionais são os banqueiros. Há uma íntima relação entre a dívida externa e interna, entre o capital financeiro internacional e nacional. Por sua vez, o capital financeiro está entrelaçado ao grande capital industrial e comercial. A Frente não emite nenhuma palavra sobre os banqueiros nacionais e o parasitismo da dívida interna.

## Reformismo

O Manifesto procura também ter uma feição “revolucionária”, provavelmente porque é fruto da conveniência entre o PSOL e PSTU. É possível identificar formulações que indicam enxertos. Dá para saber o quanto o PSTU conseguiu se intrometer na elaboração do Manifesto pelo PSOL. Geralmente é assim que funcionam esses tipos de acordos. Mas esta ou aquela passagem que pretende a feição “revolucionária” não fazem não ressaltar o reformismo e as incoerências políticas.

Diz o Manifesto: “A proposta de um novo projeto alternativo econômico e social exige mudanças estruturais que o capitalismo brasileiro nunca realizou e que, nos marcos da globalização neoliberal, estão mais distantes do que nunca, porque não poderão ser realizadas sem uma ruptura com a dominação imperialista”.

Mas a frente eleitoral de esquerda não apresenta um programa de fato de ruptura com o imperialismo. A atitude legalista e covarde diante da dívida externa comprova essa afirmação.

A formulação acima se refere “a mudanças estruturais que o capitalismo brasileiro nunca realizou”. Portanto, estamos diante de mudanças estruturais capitalistas. O texto não procura ser claro quanto a tais “mudanças estruturais”. Se não são mudanças socialistas, então quais são as mudanças estruturais capitalistas? Entendemos que sejam a reforma agrária, o desenvolvimento integrado,

o fim dos desequilíbrios regionais, erradicação da pobreza generalizada, superação real do analfabetismo e conquista da soberania nacional.

Nenhuma dessas “mudanças estruturais” pode ser realizada sob o Estado burguês, o que quer dizer sob nenhum governo que dirija esse Estado. Somente sob um governo da classe operária – governo operário e camponês –, as tarefas acima assinaladas poderão ser feitas. Mas o Manifesto da Frente não poderia defender um governo revolucionário. Nisso, o PSOL é coerente. Trabalha sob as condições e conforme aos princípios da democracia capitalista.

Em seguida à declaração de que é preciso “mudança estrutural”, descreve o que o governo de Heloísa Helena promete fazer: “A eliminação da tirania financeira, da especulação e do fardo das dívidas, o controle dos capitais, a recuperação da capacidade de intervenção e regulação estatal, a expansão dos serviços públicos, assim como redistribuição de rendas, geração de emprego, reforma agrária e urbana, e preservação ambiental, são medidas imprescindíveis para superarmos a miséria da população brasileira e atender as reivindicações históricas dos trabalhadores e do povo”.

Não se pode eliminar “a tirania financeira” sem estatizar por completo o sistema financeiro. Mas o que se pretende é “recuperação da capacidade de intervenção e regulação estatal”. Controlar os capitais? O contrário ocorre: os capitais controlam o Estado e o governo. Redistribuição de renda? O capital está altamente concentrado e com poder para manter a acumulação crescente. Reforma agrária? Não é o que de fato se pretende. Não se propõe expropriar sem indenização os latifúndios e nacionalizá-los. Trata-se de dar continuidade à política de assentamento, que é a forma que os governos acharam para controlar a luta de classe no campo e evitar que os camponeses coloquem-se pela tarefa de acabar com os latifúndios. Geração de emprego? O capitalismo se desintegra mundialmente e destrói maciçamente postos de trabalho. Preservação ambiental? Hipocrisia dos ambientalistas. O capitalismo sobrevive destruindo a natureza e o homem.

O PT chegou a ter um programa se-

melhante de reformas do capitalismo. Acabou como agente do grande capital contra as massas e contra “as mudanças estruturais”.

## Democratização radical

A Frente de Esquerda tem por estratégia democratizar o Estado. Duas formulações do Manifesto: 1. “Apresentação de uma proposta de democratização radical do poder e da ação política deve ser feita combinando, sempre e sistematicamente, a denúncia da decadente democracia do dinheiro e da corrupção com o contraponto da verdadeira democracia da participação dos trabalhadores e do povo que precisamos construir”. 2. “A necessidade de democratizar radicalmente o poder, alterando seu conteúdo de classe, deverá ser repetida exaustivamente como condição preliminar para a aplicação de um programa de emergência capaz de tirar o país da crise e resolver os problemas da maioria do povo”.

Democratizar o poder significa manter o Estado burguês. Lembremos que o PT originou-se com o propósito de democratizar. Não abandonou esse objetivo sem mais nem menos. Para chegar ao poder, teve de recorrer ao dinheiro dos capitalistas. Uma vez no governo, verificou que o Estado permanecia nas mãos da burguesia.

A democratização do poder, da “conquista da soberania popular”, por meio de um governo saído das eleições é uma farsa. O que quer dizer “democratizar radicalmente o poder, alterando seu conteúdo de classe”? É mais um dos palavreados para esconder a estratégia burguesa do programa da Frente de Esquerda.

Mudar o conteúdo de classe do poder significa derrubar a burguesia do poder com a revolução e implantar a democracia das massas, que é a democracia proletária. Não pode haver soberania popular sob a democracia capitalista. E não há e nem haverá democracia no capitalismo que não seja do dinheiro e da corrupção. O regime político se assenta na grande propriedade dos meios de produção, na exploração do trabalho e no mercado.

Constituir um governo para aperfeiçoar as eleições e ter o plebiscito como meio de conquistar a soberania popular é uma utopia pequeno-burguesa.

# Heloisa Helena: programa de partido versus programa de governo

Em sua entrevista ao Jornal Nacional, a candidata Heloisa Helena teve de se pronunciar sobre a contradição entre a reforma agrária descrita no programa do PSol e aquela descrita por seu programa de governo. Eis o trecho da entrevista:

**Fátima Bernardes:** “Vamos falar então do seu programa. O programa de seu partido falando de reforma agrária diz que não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não. A senhora vai tomar terras de proprietários rurais que produzem e empregam?”

**Heloísa Helena:** “Eu não posso meu amor, porque a Constituição proíbe. Programa de partido se trata de objetivos estratégicos do partido. Não tem nada a ver com programa de governo. Seria impossível fazer a expropriação de terra, a não ser que tenha trabalho escravo ou plantação de maconha. (...) A Constituição do Brasil é muito clara. Porque eu tenho obrigação de conhecer a ordem jurídica vigente, a legislação do meu país. A Constituição do país é clara: terra improdutiva passível de reforma agrária. (...) Os objetivos estratégicos de um partido, por exemplo, (...) é algo que você pensa em implementar em 30 anos, 40 anos. (...) O programa de governo é outra coisa. Programa de governo não pode estar distanciado da legislação em vigor do país.”

Dessas colocações, conclui-se que Heloisa Helena faz uma clara distinção entre o programa de partido e o programa de governo. O programa de partido é visto como algo que não tem nada a ver com a prática atual. É uma porção de declarações voltadas para um futuro incerto. A defesa do socialismo nesse programa é meramente ilustrativa, porque não se luta por ele nas situações imediatas.

Essa separação entre programa mínimo (imediato) e máximo (para um futuro incerto) é típica da social-democracia. Serve para justificar a adaptação ao capitalismo historicamente decadente, serve para inocentar as práticas imediatas pró-capitalistas, serve para legitimar o eleitoralismo e a adaptação à democracia burguesa. E é instrumento para condenar a estratégia da revolução e ditadura proletárias e as táticas correspondentes, sem expor explicitamente a defesa do regime de exploração do trabalho.

O programa do PSol não tem como estratégia a revolução proletária, e sim o cha-

mado “socialismo democrático”. É falsa a colocação de Heloisa Helena de que não se-gue nenhum modelo de socialismo. Ela e seu partido reafirmam as posições repetidas ao longo de mais de um século de social-democracia. Qual a conclusão prática dessas colocações? Eis sua resposta: “(...) *com essa estrutura anátomo-fisiológica eu não vou vivenciar a mais bela declaração de amor à humanidade (o socialismo) (...) Hoje eu luto pela democracia. A democratização da riqueza, das políticas sociais, da informação e da cultura. Da terra e do espaço bom, porque a democracia no Brasil não existe.*”

Ou seja, do ponto de vista prático, esse programa do “socialismo democrático” (que não é ainda seu programa de governo) leva necessariamente a uma prática que renuncia à luta pelo socialismo e se apegua à defesa da democracia. Daquela que é “possível” hoje, ou seja, da democracia burguesa, que nada mais é que a ditadura de classe dos capitalistas contra as massas.

Em relação à reforma agrária, seu programa afirma: “*Somente com uma reforma agrária desta natureza se pode garantir a produção para o mercado interno e acumular poupança no campo. Mas para tanto não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não. O apoio com crédito, pesquisa tecnológica, preço justo, são da mesma forma peças fundamentais para uma política de autêntica reforma agrária.*” (grifos nossos).

É evidente que declara pretender uma reforma agrária nos limites do modo capitalista de produção. A acumulação de poupança, apoio com crédito, pesquisa e preço justo não serão, nem hoje, nem no “futuro incerto” social-democrata, capazes de colocar os sem-terra em condições de competirem com os capitalistas do campo. Sob o capitalismo e sem a aliança operário e camponesa, as leis do mercado farão com que os pequenos proprietários de terra sejam sistematicamente lançados à condição de sem-terra. A revolução proletária não é uma declaração de intenções para um futuro incerto; é uma condição para a real emancipação dos sem-terra, que para isso dependem da destruição

da grande propriedade da terra e do apoio da tecnologia e do governo operários.

Mas nem mesmo as limitadas medidas reformistas do programa do PSol a candidata defende para aplicação imediata. Para se submeter à disputa eleitoral nos moldes ditados pela burguesia, sua frente de esquerda formulou um programa de governo. Nesse programa, se respeitará a Constituição atual. Ou seja, só será possível usar na reforma agrária o latifúndio improdutivo. Quanto à expropriação, só nas terras em que se cultive proibidos ou haja trabalho escravo. Sua meta é de assentar 200 mil famílias. Bem distante das necessidades imediatas dos sem-terra.

Para o partido revolucionário, não pode haver distinção entre programa e prática. O programa expressa os objetivos estratégicos e também os meios de se chegar até eles, ou seja, os passos imediatos que se dão em sua direção. Não pode haver programa separado da prática. O programa é a prática. Uma prática que não leve a avançar rumo aos objetivos estratégicos está levando ao destino oposto. A estratégia determina a tática, mas há uma inter-relação dialética entre ambas: uma tática contraditória com a estratégia pode levar a transformá-la em seu oposto.

À estratégia da revolução e ditadura proletárias corresponde uma tática que inclui a intervenção nas eleições (porque, em nosso caso concreto, as massas ainda estão iludidas com a democracia burguesa), que não pode deixar de defender esse programa, denunciar a democracia burguesa e suas instituições, impulsionar a ação direta das massas por suas reivindicações em oposição às ilusões na via do voto. Essa tática inclui em certas circunstâncias a realização de frentes, desde que essa unidade não esteja em contradição com todo o anterior. Nestas eleições, diante da disputa interburguesa ao redor da reeleição de Lula ou sua oposição burguesa (Alckmin), não se coloca uma candidatura de independência de classe. A chamada alternativa de Heloisa Helena se revela a cada dia uma reedição do reformismo petista pré-2002, piorado, pois não conta com sua base social nos movimentos.

## A crítica do PSTU a Heloísa Helena

Depois de elogiar a candidata do PSOL por seu desempenho no debate eleitoral, a articulista do "Opinião Socialista", Mariúcha Fontana, passa à crítica. Questiona o fato de Heloísa Helena se apoiar na Constituição para dizer que não haverá expropriação de terra em seu governo.

Argumenta o PSTU: "As leis atuais servem em geral às classes dominantes, foram feitas para garantir a propriedade privada". Certíssimo, mas Mariúcha se esquece que o PSTU assinou o Manifesto da Frente de Esquerda em se que afirma a mesma legali-

dade constitucional em relação à dívida externa. Aconselha, como irmão mais experiente: "Se Heloísa queria evitar um problema jurídico para sua candidatura, para não ter que dizer que iria passar por cima da lei, poderia falar que vai, junto com o movimento de massa, lutar para mudar a lei". O conselho não melhora, pois se os camponeses precisarem mudar a lei para conquistar a terra, continuarão a depender da legalidade.

Questiona o respeito de Heloísa aos latifúndios produtivos. Corretíssimo. Mas retomamos o Manifesto – nele, defende-se

genericamente "uma reforma agrária ampla e controlada pelos trabalhadores", sem colocar a expropriação geral do latifúndio e sem rechaçar a via dos assentamentos.

O acordo do PSTU com PSOL deixou a Heloísa Helena a liberdade de dizer o que quiser. O interesse eleitoral dita seu pensamento e suas respostas feitas pelos agentes da burguesia. E os interesses eleitorais do PSTU fazem com que se mantenha em uma frente em que sua principal figura defenda a propriedade privada e a legalidade capitalista.

## Posição da Estratégia Revolucionária diante das eleições

O "Palavra Operária", nº 23, publica um "Chamado ao PSTU para conformar uma ala classista na Frente de Esquerda". É engraçado como a corrente Estratégia declara seu apoio à candidatura de Heloísa Helena sem declarar abertamente. Exorta o PSTU a conformar uma frente dentro da Frente para expor seu voto na candidatura do PSOL. É engraçada e curiosa essa forma de expressar o oportunismo. Bate no PSOL e culpa o PSTU por não se constituir uma Frente classista para apoiar de esgueio a candidatura da Frente de Esquerda. E, por cima, descarrega os cartuchos finais contra os esquerdistas defensores do voto nulo.

O grupo Estratégia foi constituído por argentinos do PTS, que usaram de seus recursos financeiros para montar um núcleo de brasileiros, a partir de uma cisão do PSTU, com a função de aclimatar uma das variantes do morenismo (diz respeito ao falecido Nahuel Moreno). A isso, chamam de internacionalismo. O PSTU é a variante mais próxima do revisionismo das posições da IV Internacional realizado por Nahuel Moreno.

O PTS tem procurado se desvencilhar das heranças morenistas, fazendo sua própria revisão, mas continua a expressá-lo. É o que vemos em suas posições frente às eleições. Nas eleições de 2002, o PTS instruiu a Estratégia a liberar o voto de sua militância em torno das candidaturas do PSTU e PCO. Agora, pende para a candidatura da Frente.

### Como é vista a Frente?

A Frente não é classista porque o eixo da política do PSOL é de "buscar alianças com setores da burguesia descontente com a política econômica neoliberal e manter seus laços com a esquerda do PT". Mas como na prática não se configurou tal aliança, então cabe ao PSTU formar uma "ala classista", da

qual Estratégia teria todo interesse em participar. Assim, seria possível "abrir caminho para que a independência de classe se expresse nestas eleições".

Em outra passagem, formula assim: "Na prática quem determina a política da Frente de Esquerda é a direção do PSOL e Heloísa Helena, que leva adiante uma política de conciliação de classes com setores da burguesia e com o próprio PT". No entanto, Estratégia conclui: "Se por um lado a Frente de Esquerda já se consolidou sem um conteúdo classista, por outro lado, é possível e necessário formar no interior dessa frente uma ala classista, claramente diferenciada da direção pequeno-burguesa e frente populista do PSOL". Falsa resposta. A responsabilidade do PSTU está justamente em ter constituído uma aliança com o PSOL e PCB, cujo programa é democrático burguês, a candidatura é pequeno-burguesa e Heloísa tem a liberdade de dizer o que bem entende. Não tem o menor sentido revolucionário, classista, chamar o PSTU a formar uma ala classista. Serve apenas para justificar o apoio da Estratégia à candidatura do PSOL, que não foi diretamente declarado, ou mesmo para lhe negar o apoio.

Se não se pode afirmar que "o PSOL e Heloísa Helena são burgueses", como rebate Estratégia, está claro seu programa é pró-capitalista e sua política de conciliação de classe é de traição aos trabalhadores.

### Ilusão eleitoral

A Frente de Esquerda é uma tática muito usada pela esquerda democrática e eleitoral (o grau de seu eleitoralismo depende de quanto se potencia nas eleições). Estratégia procura reproduzi-la a seu modo, como o PSTU a constituiu a seu modo. Lamenta que não tenha se conformado uma frente classista que unificasse "a influência política do PSOL com a influência

sindical do PSTU", que "teria sido um passo importante no sentido de ajudar os trabalhadores a avançar na sua independência de classe".

Justamente o que aconteceu foi que a "influência política" do PSOL prevaleceu em todos os sentidos sobre o PSTU. Quem apresentou índices eleitorais foi Heloísa Helena. A maior força eleitoral do PSOL traduz de fato o que Estratégia entende por "influência política".

Uma frente de esquerda, para ser classista, tem de contar com a direção de um partido revolucionário. O programa classista de uma frente depende da organização proletária que de fato o encarna.

Caso houvesse um processo coletivo (plenárias) de formação da frente seria necessária a intervenção dos revolucionários, em defesa do programa e das candidaturas operárias. Mas o que houve foi um "acordo" burocrático imposto pelo PSOL que tem "influência política" (leia-se votos).

Há uma passagem no "Palavra Operária" que expõe bem a visão oportunista da frente de esquerda. Ei-la: "Mesmo que o PSOL se recusasse a participar, se o PSTU votasse seu programa e seus candidatos num encontro como esse, reunindo os setores mais avançados da Conlutas, a vanguarda que dele participasse teria muito mais força na negociação com o PSOL do que o PSTU sozinho".

Estratégia acredita que seria possível uma "negociação" com o PSOL que possibilitasse a frente classista em vez da frente colaboracionista. O PSOL não negociou uma frente com o PSTU, impôs todas suas condições. Não se submeteu a exigências de uma plenária. Acrescenta-se o fato que o PSTU continuaria a ser a força hegemônica da plenária, caso viesse ocorrer, como mostrou ser no Conat.

A política da LER (Estratégia) a conduziu ao apoio envergonhado à frente de esquerda e a legitimar a submissão do PSTU ao PSol.

## Paraná

# Retomar a luta pelo Passe-livre

No início deste ano, quando a Prefeitura aumentou a tarifa aproveitando-se das férias escolares, o *Comitê pelo Passe-livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte*, encabeçou as manifestações que a população revoltada realizou no centro da cidade durante cinco dias.

Esperava-se que, na volta às aulas, os estudantes dessem um grande impulso à organização pela redução da tarifa e pelo passe-livre. A participação de jovens e trabalhadores dos bairros durante as manifestações de janeiro mostrou que as bandeiras do passe-livre e a redução da tarifa foram assumidas também por outros setores além do movimento estudantil. Entretanto, o Comitê ficou imobilizado pelas vacilações de um grupo que tentou anular a autonomia do nosso movimento atrelando-o ao MPL. (veja abaixo)

No mês passado, o Sindicato dos motoristas e cobradores fechou um acordo de reposição salarial. Nada foi divulgado, mas, não seria estranho que algum acerto reservado com a Prefeitura contemple um novo aumento das passagens para começo do próximo ano. Vale lembrar que, em janeiro, quando a prefeitura reajustou as passagens, as empresas reclamaram que o aumento era "insuficiente", e só não pressionaram mais por medo das manifestações da população.

É urgente retomarmos a organização das lutas e a preparação da resistência aos novos aumentos que podem ser decretados nas próximas férias.

**A Corrente Proletária na Educação convida todos para que participem da reconstituição do Comitê pelo Passe-livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte.**

### O fracasso do sectarismo

No semestre passado, o *Comitê pelo Pas-*

*se-livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte* teve de enfrentar o ataque de um grupo que se constituiu com a finalidade de anular a autonomia de nossa organização e atrelá-la ao MPL (movimento passe-livre nacional).

No centro desta tentativa fracassada, se colocaram críticas à conduta da Corrente Proletária durante o II Encontro do MPL realizado em Campinas em 2005. As críticas eram baseadas em relatos de terceiros, pois o grupo não participou daquele encontro. Criticaram-nos pela nossa firme recusa de nos submetermos à disciplina centralizada da direção do MPL que burocrática e autoritariamente durante o encontro de Campinas impôs como condição para pertencer ao movimento do passe livre nacional a obrigatoriedade de acatar supostos "princípios" de "apartidarismo", "federativismo" e "horizontalidade".

Num boletim distribuído antes do Encontro Regional do Serviço Social, criticamos detalhadamente a falsidade destes "princípios" e concluíamos que, na verdade, o MPL estava se opondo à constituição de um verdadeiro movimento nacional que, por definição, deve ser amplo e democrático, aberto a todas as correntes de pensamento. Ao contrário disso, o MPL estava se fechando em si mesmo, afastando quem não pensasse do mesmo modo deles.

Agora que o MPL realizou seu III Encontro, os primeiros relatos confirmam as nossas caracterizações. Também neste houve a condução "informal" por parte de um núcleo mais orgânico que já levantou a proposta de excluir um coletivo (este é o nome que eles dão aos MPL's locais) porque durante o III Encontro teria polarizado o debate na plenária, não se dobrando ao "consenso" que lhes queriam impor. Entretanto, como se trata de um coletivo anarquista, outros coletivos o defendem, e acusam de estalinista e "dono da marca

MPL" o núcleo que propôs a expulsão. Na seqüência, os dirigentes mais importantes já postulam mudar o "formato" dos encontros de modo a eliminar as plenárias, pois, estas, na medida em que devem permitir a livre expressão das divergências, expõem a hipocrisia da suposta horizontalidade. Horizontalidade no MPL só se for para concordar com a direção. Mas, quando se explicitam divergências, se coloca o problema das votações, e diante do problema das votações, há que decidir os critérios para eleição de delegados, número de delegados, etc., etc., como qualquer outro movimento que eles querem negar.

Vale ainda destacar a rapidez com que algo que poderia ser um importante movimento nacional está se esvaziando e transformando numa seita. Na plenária de Porto Alegre, da qual participamos no início de 2005, havia 29 delegações. No II Encontro em Campinas (julho de 2005), estavam representadas 20 cidades. Deste III Encontro realizado em São Paulo, só participaram 13 delegações. E, se resolverem expulsar as "organizações" anarquistas que não aceitam o consenso forçado, correm o risco de se reduzir ainda mais. Este esvaziamento é consequência da política sectária e hipócrita dos que dirigem o MPL. Sectária porque só quem pensa como eles pode entrar na seita. Hipócrita, porque sob a falsa horizontalidade se manifesta uma verdadeira ditadura de meia dúzia de dirigentes iluminados.

A Corrente Proletária, que não faz da luta pelo Passe-livre um fim em si mesmo, milita pela constituição de um verdadeiro movimento nacional do qual participem todas as correntes políticas – inclusive os MPL's – em que se expressem democrática e livremente as idéias e propostas de todos, e que as decisões sejam tiradas nos espaços próprios em que se manifesta a soberania dos movimentos, nas assembleias.

## Fortaleza (CE): Abaixo a perseguição da Direção contra professores e estudantes na Escola Presidente Vargas!

Os estudantes da Escola Presidente Vargas, que sentiram a necessidade de defender a escola pública contra os ataques de Lúcio e apoiaram a greve dos professores estão formando um movimento de oposição ao atual grêmio do PV. Por que? Porque este não representa os estudantes. Não foi eleito pelos estudantes de base, mas apenas numa reunião de líderes em 2004 na qual nem todos os líderes foram informados! Por isso não tem legitimidade, são biônicos. O grêmio do PV não tem independência frente à direção da escola, mas ao contrário, faz

tudo que o núcleo gestor diz. Tanto as reuniões do grêmio quanto as de líderes só são feitas com a participação de pessoas da direção da escola. Tentamos marcar uma reunião com o grêmio para propor novas eleições. No dia marcado eles informaram que não haveria reunião alegando terem outras ocupações. Mesmo assim informamos que reivindicávamos eleições imediatas para o grêmio. A resposta dada foi de que ainda havia mais 6 meses de gestão. Verdade é que o grêmio não tem nem estatuto, estão inventando um agora para dar

legitimidade à gestão atual e este estatuto na foi aprovado em nenhuma reunião.

Queremos denunciar também que começaram as perseguições da direção, pois a direção está ligando para nossos pais para tentar nos intimidar. Tudo isso porque não somos meninos de recado da direção e queremos um movimento estudantil independente na escola. Queremos colocar aos estudantes a necessidade de um grêmio de luta ao lado dos estudantes e das reivindicações dos estudantes e não da direção e sendo mandado.

## Conlutas/PSTU faz acordo que demite e reduz salários na GM

O acordo feito pela direção do sindicato de São José dos Campos (Conlutas), e a General Motors, em julho, deixa claro que a Conlutas de classista não tem nada. Na verdade, a Conlutas faz em sua base a mesma política de conciliação (acordos sem lutas) que tem feito a burocracia sindical da CUT. Acordos estes que têm permitido aos patrões demitirem, reduzirem salários e flexibilizar direitos dos trabalhadores.

Enquanto a GM fazia todo tipo de terrorismo para que os trabalhadores pegassem o PDV, o sindicato de São José dos Campos/Conlutas, com sua política pelega, fazia algumas horas de paralisação, fingindo que estava organizando a luta. Na verdade, estava apenas dando mais tempo para a empresa atingir sua meta de 960 demissões. Depois de toda pressão e terrorismo feito pela GM, 420 trabalhadores pegaram o PDV. Como bons serviçais da empresa, a burocracia da Conlutas negociou com a GM um acordo que demite e reduz salários dos trabalhadores.

Vejam abaixo o acordo feito entre a GM e a burocracia sindical da Conlutas em São José dos Campos e o acordo feito entre a Volks e a burocracia sindical da CUT em Taubaté e entendam porque dizemos que tanto a política da Conlutas quanto a da CUT são de conciliação com a patronal.

Acordo Conlutas/GM em São José dos Campos:

1. Suspensão do contrato de trabalho de 250 trabalhadores até 30 de novembro, com pagamento de 100% dos salários no primeiro mês e 80% nos demais.

2. Curso de requalificação obrigatório pelo Senai.

3. Em caso de demissão nesse período, a GM paga quatro salários e quatro meses de convênio médico.

4. Demissão de 135 trabalhadores temporários que tiveram seus contratos vencidos no dia 15 de julho, com pacote de "benefício" que inclui três meses de salários e mais quatro de convênio médico.

Acordo CUT/Volks em Taubaté:

1. Demissão de 700 trabalhadores até

2008 (160 já foram demitidos em julho).

2. Redução de salários para novos contratados (ao invés de quatro anos, como é atualmente, os novos contratados levarão nove anos para chegar ao teto da tabela salarial).

3. Criação do Banco de Horas.

4. Aumento de 1% para 2% do plano médico.

5. PDI (demissão indicada) com pagamento de 60% do salário por ano trabalhado.

6. Consórcio modular (empresas terceiras fabricam e montam as peças na produção da Volks), superexploração de terceiros ganhando um salário miserável de R\$ 2,00 por hora.

### Declaração dos pelegos

O Vivaldo, que é diretor do sindicato de São José dos Campos, após o acordo feito com a GM fez a seguinte declaração: "caso o trabalhador seja demitido após a volta da licença remunerada, a empresa pagará multa de quatro salários e mais quatro meses de convênio médico". O pelego da Conlutas fala com a maior naturalidade que a GM poderá demitir os trabalhadores, é só pagar quatro salários e quatro meses de convênio médico. Isso é Central classista companheiros? Nunca foi.

Após o acordo feito com a Volks, o Isaac, que é vice-presidente do sindicato de Taubaté, declarou aos jornais orgulhoso: "nós conseguimos que o número máximo de demissões que podem ocorrer é de 700 até 2008". O pelego fez um acordo que permitiu a empresa demitir 700 trabalhadores e ainda teve coragem de dizer que foi um avanço.

### Conlutas não defende as reivindicações nem o método de luta da classe operária

Depois que a GM anunciou seu plano de reestruturação, a direção do sindicato de São José dos Campos/Conlutas em nenhum momento convocou uma assembleia geral de todos os metalúrgicos da região para aprovar uma luta unifica-

da contra as demissões. Durante a assembleia que aprovou o acordo a burocracia da Conlutas em nenhum momento colocou-se contra a proposta da fábrica. Em nenhum momento a Conlutas defendeu a greve por tempo indeterminado, a ocupação da fábrica, o controle operário da produção, a escala móvel das horas de trabalho, ou seja, a ação direta como única forma de combater as demissões.

### Conlutas fez campanha contra as demissões através de pressões parlamentares

Ao invés de defender e impulsionar a ação direta, a Conlutas fez uma campanha contra as demissões em cima apenas de pressões parlamentares, como audiência no parlamento, no congresso etc. Nos boletins distribuídos nas fábricas e no país, uma das exigências da Conlutas era que o governo Lula fizesse uma medida provisória para impedir as demissões na Volks e na GM. Uma reivindicação totalmente anti-mobilização, pois, ao invés de quebrar, mantém a ilusão dos trabalhadores na possibilidade de terem suas reivindicações atendidas democraticamente pelo parlamento burguês.

Mas, como é a realidade material que dá origem às idéias, o fato da Conlutas ter desviado o sentido da luta contra as demissões para a pressão parlamentar também não surgiu do nada. Isso aconteceu porque, como sabemos, a Conlutas foi criada pelo PSTU. O PSTU, o PSOL e o PCB fizeram uma frente de esquerda eleitoreira para disputar as eleições. Está aí, portanto, porque a Conlutas desviou o sentido da luta para a pressão parlamentar. Desta forma, a Conlutas pôde primeiro, desgastar eleitoralmente o governo Lula. Segundo, defender a candidatura de Heloísa Helena/PSOL, a candidatura de Luis Carlos Prates, o Mancha (que é secretário do sindicato de São José dos Campos, Coordenador da Conlutas e candidato ao senado pelo PSTU), e de todos os candidatos da frente de esquerda pequeno burguesa, reformista.

Os acordos de demissão e redução de direitos feitos pela burocracia sindical da Conlutas e o patronato comprovam que o Partido Operário Revolucionário tinha razão quando colocou-se contra a posição do PSTU de

romper com a CUT e construir uma nova Central Sindical. Mostra que acertamos quando caracterizamos a Conlutas como uma ala esquerda da Burocracia reformista, portanto, não revolucionária. O Partido Operário, du-

rante todo o tempo, defendeu que a tarefa colocada aos revolucionários é a de construir no interior dos sindicatos as frações classistas revolucionárias, para combater e derrotar a burocracia sindical cutista e não cutista.

## **Metalúrgicos do ABC.**

# **Os operários devem combater as demissões na Volks utilizando o método da ação direta. Ocupação da fábrica, controle operário da produção, escala móvel das horas de trabalho**

A direção da Volks anunciou no dia 21 de agosto um prazo até sexta-feira (25/08) para os trabalhadores aceitarem seu plano de reestruturação (que inclui a demissão de 3600 operários). Ao mesmo tempo, lançou duas chantagens para ameaçar os trabalhadores: se o plano não for aceito, então a fábrica demitiria mais 2500 trabalhadores e depois fecharia a unidade Anchieta.

A empresa está blefando: não tem como tocar a fábrica depois de 6100 demissões, nem vai fechar uma unidade tão lucrativa como a Anchieta. Quer amedrontar e dividir os trabalhadores.

A resposta operária tem de ser: contra a chantagem de mais 2500 demissões, exigimos **NENHUMA DEMISSÃO!** Contra a chantagem do fechamento da unidade, façamos a **OCUPAÇÃO DA FÁBRICA!**

A assembléia dos operários do dia 22 rejeitou o plano da empresa e reafirmou a resolução de nenhuma demissão. Para colocar em prática essa decisão, é preciso criar os meios: **GREVE COM OCUPAÇÃO DA FÁBRICA**, para garantir **NENHUMA DEMISSÃO**, o **CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO** e a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**.

Temos de ficar de olho na direção do sindicato, que tem de cumprir a decisão da assembléia e **NÃO NEGOCIAR DEMISSÕES COM A EMPRESA**.

### **Por que temos de ficar de olho na direção do sindicato**

Em maio, a direção da Volkswagen anunciou um plano de reestruturação que incluía a demissão de 3600 trabalhadores na planta Anchieta (ABC), 800 em Taubaté e 1420 em Curitiba. Logo após o anúncio das demissões, a burocracia sin-

dical da CUT informou que faria uma luta unificada contra as demissões. Nada disso aconteceu. Uma semana depois, a direção do sindicato de Taubaté fez um acordo que permitiu a Volks demitir 700 trabalhadores, reduzir salários etc. Dividir os trabalhadores, essa é a tática que a burocracia sindical vendida tem utilizado para impedir que os trabalhadores lutem de forma unificada contra os patrões. Foi o que aconteceu.

No dia 21 de agosto, a Volks chamou a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC e deu um prazo de uma semana para que eles aceitassem todo seu plano de reestruturação. Caso o sindicato não aceitasse, o número de demissões aumentaria para 6.100.

No mesmo dia, a coordenação da comissão de fábrica / Articulação que negocia com a Volks chamou uma reunião com todos os representantes. Na reunião, a coordenação Chapa Um leu toda a proposta que a fábrica havia lhes apresentado e, em seguida, informou que teriam uma semana de negociações com a fábrica. Um membro da Corrente Proletária dos Metalúrgicos que faz parte da Oposição Chapa 2 então questionou: "se o que existe é só a proposta da empresa, o que vocês irão negociar?" "qual é a proposta da coordenação para combater as demissões?"

Assumindo seu papel de garotos de recados da fábrica, os pelegos responderam que não tinham proposta. Segundo eles, iriam ver o que conseguiriam nas reuniões. Certamente pretendem fazer mais um acordo, que permitirá a empresa impor todo seu plano de reestruturação, como fez em Taubaté e vem fazendo nos últimos anos em todas as fábricas do ABC.

O membro da Corrente Proletária então exigiu que a coordenação convocasse uma plenária com todos os trabalhadores para definir um plano de lutas para combater as demissões.

Nesse dia, a coordenação não aceitou a proposta de plenária e informou que fariam uma assembléia no dia 22 de agosto para perguntar se os trabalhadores autorizavam ou não a coordenação negociar com a empresa. Na assembléia, a direção do sindicato, percebendo que existia resistência dos trabalhadores quanto à autorização, radicalizou no discurso dizendo que iria reunir-se com a empresa, mas que não aceitariam nenhum acordo de demissão ou retirada de direitos, o que certamente é uma manobra para ganhar tempo.

Os trabalhadores não podem confiar na burocracia sindical vendida.

### **A tarefa colocada aos trabalhadores é:**

- Rejeitar qualquer acordo que inclua demissão ou retirada de direitos.
- Defender emprego a todos, utilizando seu método de luta próprio que é a ação direta. Ocupar a fábrica e defender o controle operário da produção.
- Que a direção do sindicato convoque assembléia geral com todos os metalúrgicos do ABC para combater de forma unificada as demissões defendendo a redução da jornada sem redução de salários.
- Que a CUT organize um movimento nacional unindo empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas produzidas no país entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho).

**Nesta edição:**

- A paz do massacre
- A história sangrenta do imperialismo no Oriente Médio
- Bolívia: A Constituinte fundacional - originária ou derivada?

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## A paz do massacre

Foi anunciado o acordo de cessar fogo entre Israel e o governo do Líbano, com anuência do Hezbollah. “Paz” patrocinada pelas potências. Que foi logo quebrada pelo novo ataque de Israel ao Hezbollah. O acordo foi tramado na ONU pelas potências imperialistas,

sob a batuta dos EUA e da França. As negociações foram prolongadas para dar tempo a Israel de massacrar mais a fundo o Hezbollah e a população libanesa que o apóia. Fechado o acordo, Israel se concentrou no ataque aos palestinos na Faixa de Gaza, mantendo suas tropas e realizando vôos rasantes de provocação sobre os funerais dos libaneses. Como suas provocações não repercutiram em resposta sob a forma de ataques, então bombardeou o Hezbollah novamente. Para o Estado sionista, o acordo só serve para conter o Hezbollah e garantir a ocupação militar pela ONU e pelo exército libanês. O governo já anunciou que haverá uma segunda onda de ataques genocidas ao Líbano. A autodeterminação dos palestinos e libaneses está em contradição com a intervenção da ONU (leia-se imperialismo).

### Raízes do conflito: necessidade expansionista do imperialismo

Dois soldados israelenses foram capturados e três mortos na operação da resistência libanesa. Resposta israelense: bombardeio maciço, devastação, ocupação do território libanês e massacre de civis. O aprisionamento de dois soldados era o que precisava para o governo Olmert usar o seu poderio militar, que



faz dos foguetes do Hezbollah miniatura em uma guerra de destruição massiva. Basta ver a proporção do número de mortos de cada lado (um para dez) para se ter uma idéia da desproporção do combate.

Desde que se impôs pela força do capital externo e das armas o Estado de Israel em território palestino, após a 2ª Guerra Mundial, instaurou-se uma situação de conflito bélico permanente. Armado pelos Estados Unidos, Israel venceu as batalhas e se aproveitou da superioridade para manter sob ocupação Golan, Cisjordânia e Faixa de Gaza. O avanço territorial e a política de criar colônias em terras ocupadas expuseram objetivos expansionistas e, portanto, colonialistas. Potenciou-se o conflito.

A resistência nacionalista, frente ao Estado militarista de Israel, recorreu à antiga forma dos mais fracos lutar – a guerrilha e o terrorismo. A guerra entre exércitos regulares mostrou que o arsenal tecnológico de Israel pôde fazer pô dos adversários árabes.

Como poderia lidar então com o Hezbollah e Hamas, que não são adversários militares clássicos? Que contam com apoio da população e que se escondem em suas entranhas? Como destruir os foguetes espalhados? Resposta israelense:

bombardear a população. A guerra contra o Hezbollah é uma guerra contra todos que estão ao lado da resistência: crianças, velhos, mulheres, trabalhadores.

A história conhece guerra de dominação e guerra de libertação. A de

dominação, principalmente a moderna, tem de recorrer à barbárie. Não é por acaso que os Estados Unidos estão por detrás das guerras no Oriente Médio desde que se tornaram potência hegemônica na região, substituído o colonialismo Inglês e Francês, que passou a controlá-la desde 1ª Guerra Mundial, com a desintegração do Império Otomano (turco).

É visível que a ocupação do Afeganistão e do Iraque pelos Estados Unidos configurou um quadro de guerra geral no Oriente Médio. A guerra de massacre contra o Líbano é um elo desse quadro geral. O imperialismo necessita esmagar qualquer resistência nacionalista para impor seu domínio.

Eis o sentido da paz indicado por Condoleezza Rice: “Agora, pela primeira vez a comunidade internacional colocou todo seu peso numa estrutura política prática para ajudar o governo libanês a implementar esses princípios incluindo o desarmamento de todas as milícias que operam em seu território”. Evidencia um chamado à volta da guerra civil no Líbano.

A paz do massacre é apenas mais um capítulo de um longo período de matança. Numa guerra, não há como ficar neutro, se calar ou fazer que não vê. Vivemos a época de barbárie do capitalismo – as guerras de dominação são sua fisionomia mais acabada.

## ORIENTE MÉDIO

# A história sangrenta do imperialismo no Oriente Médio

Os acontecimentos envolvendo o conflito armado entre o Estado de Israel e o Líbano demonstraram a real intenção dos países imperialistas, especialmente os Estados Unidos, assim como o do Estado de Israel no Oriente Médio. Para os Estados Unidos, é estratégico o controle das reservas de petróleo, e destruir fisicamente qualquer resistência a esse controle. Para Israel, a necessidade de controle das reservas de água potável e territorial, isto é, acentuar seu expansionismo colonialista sobre os países do Oriente Médio. Para que se possa compreender melhor estas intenções faz-se necessário um pequeno retorno ao passado do Oriente Médio e às inúmeras intervenções promovidas pelas potências imperialistas e seu cúmplice Israel sobre estes povos.

1897: Ocorre o Primeiro Congresso Sionista (Basileia - Suíça): onde se formou a organização sionista. Theodor Herzl (um dos pais fundadores do movimento sionista), confiava na via "diplomática" das nações imperialistas (Inglaterra e França) para obter um "pedaço da superfície terrestre" onde se pudesse estabelecer um lar nacional judaico, núcleo de um futuro Estado independente;

1903: Após cogitar a Argentina e depois o Chipre, neste ano Londres oferece à Organização Sionista a Uganda como sede de um lar nacional. Esta proposta foi rejeitada após a morte de Herzl;

1911: Formação dos primeiros Kibutzin (comunidades coletivas que formam a espinha dorsal da implantação sionista na Palestina);

1914: Início da Primeira Grande Guerra Mundial: o Oriente Médio entra na partilha de territórios entre as potências;

1915: Promessa do governo Britânico de criar um "reino árabe", feita pelo comissário britânico Mc Mahon ao xerife Hussein de Meca, em troca de seu apoio contra os turcos otomanos que apoiavam os alemães na guerra e detinham grande parte do território do Oriente Médio;

1916: Acordos de Sykes-Picot: acordo entre a França e a Inglaterra para o desmembramento do Império Otomano. As pretensões da França estabeleciam o controle direto da "Grande Síria" (Síria, Líbano e Palestina), a Cilícia e o Curdistão (que incluía a região petrolífera de Mosul). Neste mesmo ano, tem início a revolta árabe sob o comando do xerife de Meca Hussein, já que suas pretensões de formar o reino árabe sob o seu comando e de sua família foram traídas pela Inglaterra;

1917: Declaração Balfour: torna público o apoio que o governo inglês dá à organização sionista. Interesses da Inglaterra: garantir a presença de um bastião estável próximo ao canal de



Soldados de Israel: uma montanha de bombas para despejar sobre o Líbano

Suez (cujá importância econômica e estratégica aumentou durante a Primeira Guerra Mundial); impedir o avanço da França sobre os territórios do Oriente Médio; ganhar a simpatia da opinião pública judaica que, em geral, era pró-germânica. Ao prometer criar na Palestina um "lar nacional para o povo judeu", torna-se clara, aos olhos dos árabes, a cumplicidade entre o imperialismo e o sionismo. Vitória da Revolução Proletária na Rússia sob a direção do Partido Bolchevique Russo. Após a Revolução de Outubro, os bolcheviques divulgam para os proletários do mundo todos esses acordos secretos, especialmente os de Sykes-Picot;

1918: Fim da Primeira Guerra Mundial. Os delegados da Comissão Sionista da Palestina vêm defender sua causa perante os aliados vitoriosos. Propunham que a França cedesse a parte da Alta Galiléia e a Inglaterra do rio Litani;

1920: Configura-se o mandato francês e britânico sobre o Oriente Médio; Proclamação do Grande Líbano pela França. Este território pertencia à Síria;

1936/39: Revolta árabe na Palestina: contra o aumento da população judaica em seu país. É conclamada a greve geral e a desobediência civil. As forças guerrilheiras às quais aderem voluntários de todos os países árabes vizinhos atacam os judeus e o exército inglês. Resultado: mais de 4 mil mortos;

1939: Início da Segunda Guerra Mundial. O Parlamento inglês adota uma nova política para a Palestina: o "Livro Branco", que limitava a imigração a 75 mil pessoas ao longo de 5 anos. Objetivo: evitar o afastamento dos países árabes, agitados pela revolta Palestina e sensíveis à propaganda antibritânica dos nazistas;

1942: Conferência de Baltimore (EUA). Davi Ben Gurion define a conquista do Estado da Palestina como um objetivo de guerra;

1943: Pacto Nacional Libanês (Independência do Líbano): configurou na divisão do poder entre os grupos étnico-religiosos após a retirada a França do Líbano. Durante 30 anos o Líbano transformou-se em um pólo cultural e econômico, a ponto de Beirute (Capital) ser chamada de “Paris do Oriente”;

1945: Fim da Segunda Guerra Mundial. Fundação da Liga Árabe: pretendia a unidade de todos os povos árabes do Oriente Médio (pan-arabismo);

1947: A ONU vota o Plano de Partilha da Palestina. Este plano pretendia criar dois Estados na região que era historicamente pertencente ao povo palestino. Houve concordância por parte dos judeus, mas os árabes não aceitaram mais esta intervenção imperialista;

1948: A Assembléia Geral da ONU aprova a proposta de partilha da Palestina. Fundação do Estado de Israel e a primeira guerra árabe-israelense. Com a derrota dos árabes, Israel cresceu muito além do que a ONU tinha estipulado, ocupando, inclusive, metade da cidade de Jerusalém. A criação do Estado de Israel estava respaldada pela burguesia judaica norte-americana, que financiou com dinheiro e armas a invasão do território palestino;

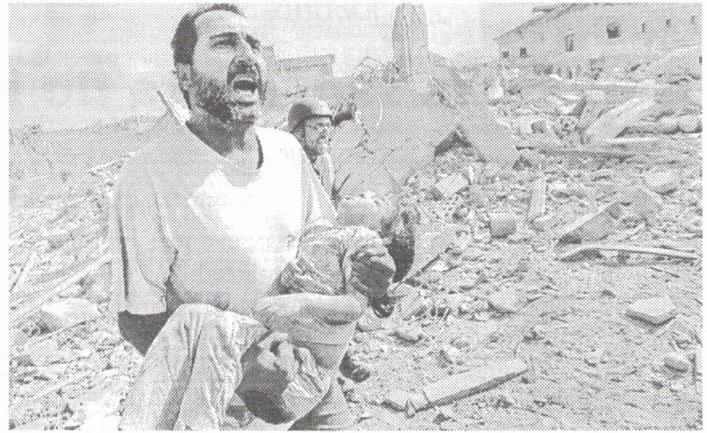
1949: Após vencer o conflito com os árabes, houve uma mudança radical na configuração do território da Palestina. Parte dele foi tomada por Israel e outra para pelo Jordânia (Cisjordânia). Desta forma, os Palestinos acabaram ficando sem território, restando-lhes viver em Israel, como cidadãos de segunda classe, ou nos países árabes, quase sempre em campos de refugiados;

1950: O Parlamento israelense aprova a Lei do Retorno. Estabelecia que se considerava como cidadão de Israel todo judeu, filho de mãe judia ou que fosse convertido ao judaísmo. Esta lei e os conseqüentes movimentos de imigração para Israel colaboraram para fazer a população judia saltar, em pouco mais de vinte anos, de 650 mil para 3 milhões de habitantes. Formava-se uma pressão populacional que estimulava ainda mais a manutenção de áreas anteriormente conquistadas dos árabes;

1958: Eclusão da primeira guerra civil no Líbano, seguida de intervenção dos Estados Unidos;

1960: Fundação da Organização da Libertação da Palestina (OLP). Seu propósito era a luta contra o Estado de Israel e a retomada dos territórios pertencentes aos palestinos. Seu primeiro presidente foi Yasser Arafat;

1967: Guerra dos Seis Dias: Guerra entre Israel, Síria e Egito. Guerra travada pelo controle das águas da região do rio Jordão. O resultado da guerra foi a incorporação da Península do Sinai e a Faixa de Gaza (do Egito), a região da Cisjordânia (da Jordânia) e as Colinas de Golã (da Síria). Estas regiões juntas correspondem a 40% das reservas de água potável do Oriente Médio.



Neste sentido, a ocupação da região sul do Líbano atende a dois interesses: o primeiro é a eliminação da resistência palestina e libanesa e o controle das águas do rio Litani;

1973: Guerra de Yom Kippur (Dia do Perdão). Ataque do Egito e da Síria contra Israel, que reconquistaram seus territórios (a Península do Sinai e as colinas de Golã). No entanto, com a ajuda dos Estados Unidos, os exército israelense esteve prestes a dizimar o exército inimigo. Sob protestos da União Soviética e da política ambígua dos Estados Unidos (não queria ver eliminados o Egito e a Síria), os combates foram interrompidos. Israel incorporou as colinas de Golã e a faixa de Gaza a seu território;

1975: Após a morte de 26 muçulmanos em Beirute, tem início da guerra civil libanesa entre muçulmanos e cristãos maronitas. O resultado foi a morte de mais de 300 pessoas. Aproveitando-se da situação, a Síria, que possuía antigas pretensões sobre o território libanês, invadiu seu território. Israel, justificando a necessidade de eliminar a presença de guerrilheiros palestinos, ocupa o sul do Líbano;

1979: Acordos de Camp David. Os Estados Unidos intermediam acordo de paz entre Egito e Israel, que devolveu a península do Sinai. O Egito se aliou aos Estados Unidos e a Israel, traindo seus vizinhos árabes. O mundo árabe, liderado por uma “frente de recusa” (Síria, Líbia e OLP), logo irá condenar o Egito ao ostracismo, excluindo-lhe da Liga Árabe;

1982: Segunda invasão de Israel ao Líbano. Ariel Sharon, ministro da Defesa de Israel, lança a operação “Paz na Galiléia”. O objetivo desta operação, aparentemente, era rechaçar a guerrilha que ameaçava o norte do país para 40 km ao norte da fronteira. Posteriormente, o governo reconheceu que se tratava, na verdade, de eliminar “qualquer presença física ou simbólica, sob forma militar ou organizacional”, dos palestinos no Líbano. Israel ocupa esta parte do território até o ano 2000. Há neste mesmo ano o assassinato de 400 palestinos em acampamento da OLP nas cidades de Sabra e Chatila;

1987: Início da Intifada palestina sobre Israel. A Intifada é a convocação da juventude para a expulsão dos judeus dos territórios ocupados;

1988: Reconhecimento pela OLP da existência do Estado de Israel. Isso demonstra a mudança de postura da OLP, que deixa

de lado a luta armada e passa a apostar na via da conciliação como forma de solucionar os problemas entre palestinos e judeus. É visto como uma atitude de traição por parte do povo palestino, expressa no grupo de resistência Hamas;

1989: Acordos de Taif: Através destes acordos foi formalizado a tutela da Síria sobre o Líbano e a decisão de desarmamento da resistência libanesa, principalmente a Hezbollah que se não aceitou;

1993: Acordo de paz entre Israel e a Palestina (OLP). Estabeleceu o reconhecimento mútuo do direito à existência, e criou as bases para a eventual resolução da questão palestina. No entanto, nenhum território tomado foi devolvido;

1996: Vitória do partido Likud (extrema direita) para premiê de Israel. O premiê Benjamin Nataniahu propunha a anexação definitiva da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e a formação de um "Grande Israel".

Israel inicia bombardeio no sul do Líbano para expulsar a resistência palestina que ali havia se estabelecido. Como resultado dos ataques, mais de 500 mil pessoas tiveram que ser removidas às pressas de seus lares. Os ataques chacinaram centenas de crianças, mulheres e velhos.

2000: Saída das tropas israelenses do sul do Líbano, demonstrando a impossibilidade de vitória das tropas israelenses sobre a guerrilha de resistência do Hezbollah e dos palestinos do Hamas;

2006: Vitória do Hamas para o Parlamento Palestino. A guerrilha do Hamas tem apoio da maioria do povo explorado e oprimido da palestina. Nova ocupação do exército de Israel no sul do Líbano, justificado pelo sequestro de dois soldados israelenses. Os ataques tiveram início em 12 de agosto e até o momento os resultados foram desastrosos para o povo libanês. Mais de 1000 mortos, entre mulheres, crianças e velhos e a destruição de cidades inteiras, aeroportos, rede de abastecimento de água, estradas etc.

## **Não há acordo de paz**

O primeiro-ministro de Israel Ehud Olmert, solicitou a seu gabinete que aceite a resolução da ONU para pôr fim à guerra. Em resposta, o governo do Líbano aceitou o cessar-fogo, aceitando a determinação da ONU de envio de tropas estrangeiras ao sul do Líbano, juntamente com 15 mil soldados do governo libanês. Apesar disso, ainda persistem os ataques de Israel em vários pontos do Líbano.

A retirada das tropas de Israel do sul do Líbano indica dois elementos: o primeiro diz respeito ao desgaste político que vem



sofrendo Olmert, pois, após um mês de guerra, não destruiu o Hezbollah. A confiança da população de Israel no governo diminuiu. Olmert assumiu a responsabilidade por deficiências na condução da campanha militar. Qual seria esta deficiência? A de ter matado menos? Isso indica que tanto o governo como uma parcela significativa população de Israel esperavam uma guerra rápida, contando com o poder de destruição da sua máquina de guerra. O segundo fator, e mais importante, foi a impossibilidade de destruir o Hezbollah. Nesse sentido, Israel saiu derrotado e terá que adiar seu interesse de ocupação de uma área de importância vital, pois se trata de uma reserva de água potável há muito cobijada.

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, cantou "vitória heróica", que "era o momento errado para discutir o desarmamento do grupo". A população libanesa confirma a vitória do Hez-

bollah sobre o exército de Israel, que se deveu à sua própria resistência, suportando a devastação de cidades inteiras.

Contudo, é importante ter em vista que este cessar-fogo não indica de maneira alguma a paz no Líbano. O imperialismo pretende impor suas tropas nesta região, como já fez anteriormente, e continuar submetendo à opressão o povo libanês e de todo o Oriente Médio. A história do intervencionismo imperialista deste a Primeira Guerra Mundial e a implantação do Estado de Israel após a Segunda Guerra Mundial são prova deste fato. Para o imperialismo, o Oriente Médio é uma mina de riquezas incalculáveis e uma de suas principais fontes de sobrevivência. O fato de que 60% das reservas mundiais de petróleo estão concentradas nesta região exige das potências duas estratégias que vêm se tornando a cada dia mais claras: a eliminação física da resistência armada e a ocupação efetiva ou pela implantação de governos títeres que não interfiram em seus negócios. A segunda se configura de uma maneira mais fácil, no entanto, há inúmeras dificuldades para o êxito da primeira estratégia, pois a resistência armada conta com a colaboração de uma grande parcela da população.

Por isso, devemos manifestar o apoio incondicional aos grupos de resistência do Líbano, da Palestina, do Iraque e do Afeganistão contra o imperialismo. Mas tendo claro que estes grupos estão baseados no fundamentalismo religioso e no nacionalismo burguês, pois lutam contra o imperialismo, mas não expressam a luta contra o capitalismo e a propriedade privada dos meios de produção, que mantém a opressão de classe e a opressão nacional sobre os explorados e oprimidos. A luta contra a agressão imperialista passa pela bandeira da revolução social, através da formação do partido revolucionário e a construção da IV Internacional. Pela criação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

**Bolívia:**

## **A Constituinte fundacional - originária ou derivada?**

### **Um debate sem sentido para distrair as pessoas**

Tudo o que foi dito e feito em Sucre, por ocasião da instalação da Assembléia Constituinte, na verdade foi um grande e milionário circo montado para distrair a consciência dos explorados: muito palavreado sobre as realizações do governo nesses seis meses de gestão, sobre a natureza da constituinte e suas projeções, a grande concentração de indígenas que eclipsou a Cultura Charcas, os desfiles militares e camponeses etc.etc.etc. A principal atração do circo, que imediatamente levantou muitos aplausos, foi o discurso de Evo Morales: a Constituinte deve ser Originária – Fundacional e não meramente derivada. Sua consigna é que a partir da instalação da Constituinte, esta deverá se converter na instância máxima do Estado e por isso deve anular a vigência de todas suas leis constitutivas, para concentrar em suas mãos o poder de desenhar um novo Estado qualitativamente diferente do atual, fundar um estado novo.

O problema é saber que tipo de Estado Morales e seus seguidores pretendem organizar na Bolívia. O Estado é um fenômeno historicamente determinado, sua natureza, suas características são o reflexo do grau de desenvolvimento das forças produtivas e de uma forma particular da propriedade (social ou privada). Por acaso propõem um Estado qualitativamente diferente do Capitalista? Talvez um retorno ao Estado Inca baseado na propriedade comunal da terra? Se for assim, o que pretendem fazer com a parte capitalista da economia deste país e com as deformações pré-capitalistas dos centros urbanos? Qual sua posição a respeito das várias formas de propriedade privada imperantes na Bolívia?

Pelos anúncios que vêm fazendo dizem que está sendo formada uma comissão especial no interior do MAS, tendo por líder o vice-presidente da República que tem como finalidade redigir o projeto de uma nova constituição política. Entre algumas novidades está a introdução de um Quarto Poder do Estado, o Poder Popular, onde os protagonistas seriam os movimentos sociais e que estes teriam mais poder que os demais, ao ponto de poder revogar o mandato dos governantes a qualquer momento; que potencializaria um setor da economia nas mãos do Estado; respeitaria os investimentos das mul-

tinacionais; respeitaria a grande propriedade privada dos meios de produção se cumprirem com uma função social; fortaleceria as formas de propriedade comunal no país e as formas das pequenas propriedades individuais no campo e nas cidades. *(Para variar, mais uma vez funcionários do governo corrigem o presidente. O quarto Poder não terá um valor legal, será puramente moral, esclarecem.)*

A nova criatura que nos oferecem os “refundadores” do Estado boliviano não passa da mesma coisa que estamos vendo hoje, uma particular estrutura econômica e social que já existe como reflexo da sobrevivência de formas de propriedade e produção pré-capitalista nos setores da economia extrativista incorporados ao capitalismo.

No fundo, nos estão oferecendo um estado capitalista de economia mista, onde a economia estatal e as formas da pequena propriedade individual serão subordinados pela grande propriedade privada dos meios de produção, pelas multinacionais. Essa experiência já vivemos na segunda metade do século XX no país e foi uma descomunal frustração. Onde a pressão do imperialismo, dos interesses privados nativos e de suas expressões políticas levaram ao colapso as empresas estatais e ao próprio Estado boliviano.

Na realidade, esses senhores não nos podem oferecer nada de novo. Seu apego à grande propriedade privada capitalista define a natureza burguesa de sua política, nisso radica sua limitação. Podem pôr o adjetivo que queiram na Constituinte, está condenada a ser apenas uma maquiagem do atual Estado burguês. Para transformar radicalmente o país é preciso primeiro derrotar com as armas os atuais opressores (imperialismo e classe dominante nativa), destruir a base material de seu poder (a grande propriedade privada dos meios de produção e a sua transformação em propriedade social), depois será necessário uma Constituinte fundacional para construir o novo Estado Operário e Camponês. Esse trabalho só poderá se materializar com a revolução social e não um governo de conteúdo burguês, como o MAS.

*(extraído do jornal “Masas” boliviano n° 2005, de 18/08/2006)*

#### **Nota de repúdio:**

#### **Justiça burguesa impugna candidatura do PCO à presidência**

No dia 15/08, a justiça eleitoral determinou a impugnação da candidatura de Rui Costa Pimenta, do PCO, à presidência. O motivo alegado foi a não prestação de contas da campanha de 2002.

A medida mostra o caráter antidemocrático da legislação eleitoral no país, expressão de uma democracia burguesa deformada. Nos países capitalistas atrasados, não há base material para o progresso da democracia burguesa (que, mesmo nos países desenvolvidos, não passa da ditadura de classe da burguesia sobre as massas).

A campanha do PCO foi cassada, apesar de não defender a

revolução ou a luta armada. Adaptada à legislação eleitoral antidemocrática, limitava-se a exigir terra, trabalho e emprego. Ainda assim, a burguesia não a admitiu. No campo próprio de disputa da burguesia, a classe dominante só admite quem se submete às suas imposições e à defesa do regime da propriedade privada dos meios de produção.

A intervenção revolucionária nas eleições, que denuncia a farsa e o engano da ditadura da burguesia contra as massas, depende do avanço da luta de classes para impor à burguesia a participação de candidaturas que expressem a revolução proletária e o socialismo.